



30 de maio de 2019

É nossa tarefa, nessa reunião do Conselho, aprovar a assembleia estadual, antes do dia 14 de junho!

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Doria quer impor a sétima aula. Nenhuma ilusão na proposta do governo!
- É preciso unificar as ações e erguer os comitês de base conjuntos.

Política Operária

Preparar a greve geral de 14 de junho!

A Educação esteve à frente das manifestações do poderoso 15 de maio, quando as massas do país se chocaram com a política de cortes na educação e com a odiada reforma da Previdência. Poucos dias após, no dia 26, os bolsonaristas saíram às ruas, chegando a mobilizar alguns milhares, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, mas das classes sociais abastadas. O que se observa claramente é um desencanto prematuro dos explorados com o governo direitista.

O fundamental é a enorme disposição de luta dos explorados. A greve nacional da educação serviu de advertência ao governo e ao Congresso Nacional. No entanto, é preciso dar um passo adiante. **Os explorados necessitam de uma greve geral massiva e radicalizada no dia 14 de junho**, pois, essa é a única via para defenderem as suas aposentadorias e suas condições de vida.

Para isso, as centrais, os sindicatos, os movimentos sociais e a juventude necessitam erguer a luta desde as bases, combinando as reivindicações de defesa dos empregos e salários com as bandeiras de “*Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes*” e “*Nenhum corte na Educação*”. A Apeoesp deve dirigir os seus esforços a impulsionar os comitês de luta nas escolas e bairros, e convocar a sua assembleia, além de organizar os comandos de mobilização para ir às fábricas.

A diretriz de ir às fábricas é essencial, dado que o proletariado, com o seu programa, é a única força capaz de impor uma derrota contundente à burguesia e seus governos, parando a produção, e dirigindo a maioria nacional oprimida contra a orientação que vem do capital financeiro, de descarregar o peso da crise econômica sobre os ombros dos explorados.

APROVAR URGENTEMENTE A ASSEMBLEIA ESTADUAL

É preciso impulsionar o dia 14 de junho. Nesse sentido, foi um erro não convocar uma assembleia geral dos professores. Uma assembleia que organize em todo o estado a paralisação. Que fortaleça os comitês de base, envolvendo alunos, professores e população. As decisões coletivas, portanto, por meio de assembleia geral, colocam nas mãos dos professores o rumo do movimento contra a reforma da Previdência.

As centrais sindicais aprovaram a campanha em torno da convocação de assembleias em todos os setores. **É nossa tarefa, nessa reunião do Conselho, aprovar a assembleia estadual, antes do dia 14 de junho.**

Rechaçar a política de conciliação. Nossa política é a da derrubada integral da reforma da previdência

Os professores precisam ficar atentos: as direções do movimento sindical podem conduzir a mobilização dos trabalhadores ao beco sem saída do eleitoralismo, da pressão parlamentar e do pacifismo. O que significaria um desvio em relação ao caminho que as massas estão trilhando, que é o da luta nas ruas, e da construção da greve geral.

Não podemos permitir que se repita o erro de 2017, quando a greve geral golpeou o governo Temer e, em seguida, foi substituída pela via da pressão sobre os deputados e senadores. A política de “convencimento” dos parlamentares, naquela ocasião, levou à derrota dos trabalhadores, com a aprovação da reforma trabalhista.

Hoje o risco está na combinação das bandeiras “Fora Bolsonaro” e “Eleições”. Está aí o caminho da derrota! Por essa via, se esvaziará o único meio pelo qual será possível derrotar o governo antinacional e antipopular de Bolsonaro, que é a derrubada da reforma da Previdência, através da luta de classes.

Doria quer impor a sétima aula. Nenhuma ilusão na proposta do governo

No início de maio, o governo Doria/PSDB anunciou que as escolas estaduais terão sete aulas por dia. Isso ocorrerá a partir do 6o ano do Ensino Fundamental, até o Ensino Médio (exceto para o período noturno, que continuará com a mesma grade). A duração das aulas passará de 50 para 45 minutos. Na prática, o período da manhã irá até às 12h35min, e o período da tarde, até às 18h35min.

É preciso combater as ilusões que estão sendo semeadas na categoria: uma parte do professorado está recebendo a medida com bons olhos, afinal, os que ficaram sem aulas estão achando que terão seu problema resolvido, e outra parte, com problema para garantir os acúmulos, está esperançosa de que conseguirá concentrar as aulas em um período só.

O que o magistério deve esperar, de fato? O tempo de deslocamento de uma escola a outra ficará mais curto, dificultando o acúmulo. Além disso, a realidade que temos presenciado é a do corte de verbas na educação. As tais aulas “diferenciadas” servirão unicamente para impor as parcerias com empresas privadas, e para a farsa do MMR (Método de Melhoria de Resultados). Esse programa implicará, como é notório, um enorme desvio de verbas públicas para empresas privadas (OSCIPIs), que atuarão em “parceria” com a gestão escolar.

Enquanto isso, os verdadeiros problemas seguirão intactos. O governo não fala uma só palavra sobre reverter a política de arrocho salarial, nada sobre melhorar as condições de trabalho, nem

sobre investir em infraestrutura, nada. A perspectiva é de cortar parte das nossas férias, prosseguir o fechamento de salas/tornos/escolas, aplicar a reforma do ensino médio / BNCC, e ampliar a militarização, como resposta ao crescimento dos índices de violência.

No dia 14 de junho, dia da GREVE GERAL, é preciso levantar as bandeiras de “NÃO à sétima aula!”, “NÃO à reforma do ensino médio / BNCC!” e “NÃO aos cortes na educação!”. É preciso que a Apeoesp e a CNTE mobilizem os professores, em unidade com os estudantes, funcionários e as comunidades, em defesa da educação pública, gratuita, laica, para todos, que una teoria e prática, e esteja sob o controle de quem estuda e trabalha!

A sétima aula será um duro golpe sobre os estudantes.

A nossa luta é uma só! É preciso unificar as ações e erguer os comitês de base conjuntos

O governo tem convocado reuniões para posar de democrático e tentar convencer os estudantes de que a medida será positiva. Corretamente, estes já estão se posicionando contra. Em uma reunião conjunta das diretorias de ensino Norte 1, Centro, Centro-Oeste e Norte 2, os jovens questionaram as condições de ensino nas escolas, e rejeitaram a sétima aula.

O estudante que trabalha no período oposto será o maior prejudicado. Hoje, muitos saem correndo, às vezes sem se alimentar direito, para chegar ao trabalho, situação que é piorada pelo transporte público precário. Dessa maneira, é de se esperar que muitos acabem abandonando os estudos.

E tudo isso para quê? A ideia de que os estudantes aprenderão mais é uma falácia. Aumentar uma

aula na grade servirá apenas para ampliar a permanência na mesma escola falida, com a introdução de disciplinas como “empreendedorismo”, “projeto de vida”, “teatro” (as escolas mal possuem salas de aula!), etc. O objetivo do governo é óbvio: passar uma imagem de que está “modernizando” a educação pública.

Pura demagogia! Na prática, sabe-se que o Doria pretende facilitar a implementação da reforma do ensino médio e a BNCC, além de abrir caminho para a exclusão de disciplinas de humanas, e permitir uma maior penetração do capital privado nas escolas (ONGs, Fundações, etc.). A verdadeira política aplicada pelo governo é a ampliação do sucateamento do ensino público, com o corte de verbas.